

Políticas acadêmicas de atendimento aos discentes dos cursos de graduação de uma universidade federal

Academic service policies for students of undergraduate courses at a federal university

Francivaldo dos Santos Nascimento¹
Diana de Oliveira Santos²
Lindalva Gouveia Nascimento³

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes dos cursos de graduação em dois *campi* da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa e análise documental. Foram identificadas as seguintes políticas acadêmicas de assistência estudantil - os Auxílios Moradia, Residência, Restaurante, Transporte, Creche, Bolsa Permanência, Aluno Apoiador do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior e Comitê de Inclusão e Acessibilidade. Verificou-se a importância dessas ações estruturadas de assistência estudantil na universidade com subsídio de bolsas como uma política relevante que apoiam a permanência dos estudantes nos cursos, principalmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Políticas acadêmicas; Permanência dos estudantes

Abstract

This research aimed to identify the academic policies for attending undergraduate students on two campus of the Federal University of Paraíba. The research followed a quantitative approach and document analysis. The following academic student assistance policies were identified - Housing, Residence, Restaurant, Transport, Daycare, Permanence Scholarship, Student Supporter of the Milton Santos Project for Access to Higher Education and the Inclusion and Accessibility Committee. The importance of these structured actions of student assistance at the university with scholarship subsidy was verified as a relevant policy that supports the permanence of students in courses, especially those who are in a situation of economic and social vulnerability.

Keywords: Student assistance; Academic policies; Student stay

¹ Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA, Campus III, Brasil. E-mail: francivaldon@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-0092-5041>

² Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA, Campus III, Brasil. E-mail: dianaoliveirasantos1@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-1940-7068>

³ Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Brasil, Programa de Pós-graduação em Educação/UFPB, Brasil. E-mail: lindalvagouveiag@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-0765-0201>



Introdução

A democratização da educação tem sido tema central na agenda das políticas públicas dos governos, nas ações dos organismos internacionais e reivindicações de muitos movimentos sociais em distintas partes do mundo. O objetivo principal é aumentar a escolaridade da população em geral, justificando a pauta sobre a educação superior, pois estão no centro das discussões, temas centrais que incluem democratização, qualidade e crise na educação (DIAS SOBRINHO, 2010; 2013).

A democratização do ensino superior é um processo longo, cuja magnitude na política educacional visam atingir grupos sociais que anseiam por essa formação, indispensável à qualificação profissional. Nesse sentido, o ensino superior assume um lugar de destaque na agenda do governo e da sociedade civil, tendo em vista as possibilidades advindas de quem conclui esse nível de ensino. Para Silva e Ourique (2012) a educação superior é um instrumento de justiça, e um caminho para o desenvolvimento social.

As políticas acadêmicas de assistência estudantil são ações destinadas a atender os discentes que necessitam de apoio, dando assim subsídios que garantam a sua manutenção no ensino superior. Assim, as políticas de assistência aos estudantes mostraram-se instrumentos importantes como formas acessíveis de garantir a permanência. Para Imperatori (2017), é notório que as políticas de atendimento aos discentes são identificadas como estratégias para minimizar os efeitos das desigualdades sociais. Portanto, para consolidarem-se frente às demandas da sociedade brasileira, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) públicas precisam ser efetivas na implementação das suas políticas acadêmicas, sobretudo, aquelas voltadas aos discentes.

Os programas acadêmicos desenvolvidos pelas universidades são ações importantes que visam apoiar principalmente estudantes de camadas sociais menos privilegiadas, de



forma que possam garantir a estadia no ensino superior, pois como uma política pública de educação superior relevante, tem alcançado um público cada vez maior ao qual se destina (ASSIS, 2013). Assim, a figura do estudante tem relevância central dentro da comunidade universitária, e, portanto, as ações efetivamente executadas no atendimento a demanda destes discentes é fundamental para o desenvolvimento da academia. Dessa maneira, a “assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimentos” (SILVEIRA, 2012, p. 49).

O desafio de atender aos anseios dos estudantes para que entrem e permaneçam nos cursos de graduação e desenvolvam o seu potencial acadêmico pertence também às instituições que os acolhem. Portanto, utilizar programas e ações específicos para atender a esse público em suas necessidades, possibilitando a estabilidade no curso, conclusão, e inserção no mercado de trabalho, constituem desafios para as instituições de ensino superior, especialmente de caráter público.

Dessa forma, a fim de preparar os indivíduos para o mundo do trabalho, diante dos requisitos da sociedade que exige maior formação educacional, as IFES buscam atender o que está descrito na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, onde declara que a educação é um direito de todos. E sendo assim, as políticas públicas de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior tem como objetivo a garantia desse direito.

Como forma de garantir assistência àqueles que possuem vulnerabilidade econômica e, por conseguinte, para a permanência do aluno na instituição de forma adequada por desempenhar o seu potencial acadêmico torna-se relevante aprofundar estudos que abordem a efetividade dessas políticas para averiguar o seu alcance.

Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa foi identificar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes em dois *campi* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na busca por trazer elementos que mostrem as políticas acadêmicas efetivamente implementadas.

Em estudos realizados na UFPB após a implantação de uma política de cotas, identificou-se que houve um crescimento significativo de ingresso de estudantes oriundos de escola pública, no período de 2008 a 2012. Os números apontam que passou de 36% no



ano de 2008, para 53,1% no ano de 2012, assim como os estudantes – pardos, negros e indígenas – passaram de 46,6% em 2008, para 57,6% em 2013 (CARVALHO; JEZINE, 2014).

As ações de assistência estudantil na UFPB visam como objetivo principal apoiar a permanência dos estudantes da graduação presencial que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e de forma adicional, contribuir na redução dos índices de retenção e evasão dos estudantes (UFPB, 2019).

Este artigo está estruturado em cinco seções. A primeira é a introdução. A seguir apresentamos breves comentários sobre as políticas acadêmicas de assistência estudantil. Na sequência são descritos os procedimentos metodológicos, depois os resultados e discussões e, por último, as conclusões.

Aspectos gerais e importância das políticas acadêmicas de assistência estudantil

Durante as décadas de 2000 e 2010, o ensino superior público teve um crescimento considerável no Brasil por meio da criação de universidades federais. De 2003 a 2010, houve um aumento de 45 para 59 universidades federais, configurando uma ampliação de 31%; e o número de *campus* passou de 148 para 274, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país, quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138% (MEC, 2012).

No Brasil, percebe-se de forma bastante clara a expansão da educação superior. Nesse aspecto, é notável também o crescimento das instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos. E, assim como se expandiu no país, sobretudo na última década, a oferta de vagas na graduação em instituições públicas, também houve um aumento expressivo na pós-graduação (MANCEBO, 2013).

Apesar da expansão e implantação de instituições fora dos grandes centros, muitos jovens ainda precisam sair de suas casas, de seus locais de origem, migrando para outras cidades de forma a terem acesso ao ensino superior. De acordo com o Censo da Educação de 2017, por exemplo, 31.881 (10%) dos novos alunos das instituições federais se matricularam em uma unidade da federação diferente daquela de sua residência (INEP/MEC,



2018).

Conforme destacado por Garrido (2012), essas instituições apresentam um público cada vez mais heterogêneo na questão econômica e precisam criar meios de apoiá-los, visto que a permanência desse estudante na universidade é um dos desafios das IES. Acrescenta ainda que o perfil do estudante tem se alterado, de acordo com Garrido (2012, p. 2) “tais mudanças representam desafios que as instituições precisam enfrentar e a assistência estudantil é uma das possibilidades de lidar com essas mudanças”.

Dessa maneira, cada instituição deve adotar um conjunto de medidas conforme a demanda existente, para que o alunado seja assistido e possa garantir sua trajetória acadêmica. E como destaca Imperatori (2017, p. 285) “da mesma forma que o direito à educação não é recente, as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária”. Sendo assim, em meio ao perfil do estudante acadêmico que ao longo dos anos foi se diversificando, e sua permanência no ensino superior necessita de políticas de atendimento às necessidades básicas, a fim de que possam continuar estudando. Nesse contexto, o tema sobre a assistência estudantil ganhou destaque nas discussões da comunidade acadêmica, e espaço na agenda do governo federal, promovendo-a a política pública, por meio do Decreto nº 7.234/2010, ao instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para apoiar estudantes de graduação presencial nas universidades federais a permanecerem nos cursos matriculados (DUTRA; SANTOS, 2017; BRASIL, 2010).

Pontua-se, então, a importância que têm as políticas de assistência aos estudantes, utilizadas como estratégias de combate às desigualdades sociais e regionais, dando assim suporte aos discentes menos favorecidos, tendo grande relevância dentro das taxas de desigualdade social apresentadas no Brasil (IMPERATORI, 2017). Assim, além de um ensino de qualidade, as IES devem associar a isso uma política efetiva de assistencial. Tais ações estão elencadas no art. 3º do PNAES que em seu parágrafo primeiro destaca que compreende como meios de assistência estudantil as iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:



- I – moradia estudantil;
- II – alimentação;
- III – transporte;
- IV – assistência à saúde;
- V – inclusão digital;
- VI – cultura;
- VII – esporte;
- VIII – creche;
- IX – apoio pedagógico;
- X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.” (BRASIL, 2010).

Dessa maneira, a assistência estudantil configura-se como estratégia de enfrentamento às desigualdades no contexto da educação, dando condições de acesso e permanência ao discente no ensino superior público federal, tendo conforme o Pnaes “público-alvo prioritário de política os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 164).

Dentre as principais ações incorporadas, destacamos o PNAES que é um programa que tem a finalidade de ampliar as condições de permanência do discente na educação superior federal e dar os direcionamentos para que as universidades orientem ações de assistência, pois, “a manutenção dos discentes durante a graduação vincula-se à implementação das políticas públicas que proporcionem a continuação até sua saída” (LIMA; FERREIRA, 2016, p.3).

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adotou uma perspectiva metodológica quali-quantitativa. De acordo com Costa (2011, p. 10) “a análise quantitativa de dados é uma atividade associada ao processo de geração, organização e apresentação de dados”. Para identificar as ações de assistência estudantil foi necessário coletar dados do *site* da instituição pesquisada para a obtenção de informações a respeito das políticas. De forma específica, no portal da Pró-reitora de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), em que estão destacados os principais programas de benefícios aos estudantes da instituição e no Sistema Integrado de



Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Durante o período de 07 de outubro a 12 de novembro de 2019 foi o período de coleta dos dados na forma de questionário. Como resultado dessa fase foi obtido 88 respondentes nos campi pesquisados, dos quais 38 respondentes foram do *campus* II, e 50 respondentes do *campus* III. O número de estudantes atendidos nos dois *campi*, chegou-se no ano de 2019 a um total de 336 discentes, sendo 210 em Areia e 126 em Bananeiras. .

A UFPB é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A estrutura é *multicampi*, que estão situados em quatro cidades, João Pessoa (sede), Areia, Bananeiras e Rio Tinto/Mamanguape, organizada em 16 centros, 120 cursos de graduação e 80 programas de pós-graduação, e aproximadamente 2.700 docentes e 3.500 técnicos-administrativos (UFPB, s. d)

O enfoque dessa pesquisa foram os cursos de graduação existentes em dois *campi* da UFPB no interior. O Centro de Ciências Agrárias (CCA), *Campus* II, situado na cidade de Areia, a cerca de 120 km da capital do estado, foi inaugurado desde 1936, reconhecido federalmente em 1940 e integrado à UFPB em 1968. Atualmente oferta cinco cursos de graduação - Agronomia, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Química e Zootecnia, contava em 2019 com 1.315 alunos. Já o Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), *Campus* III, está situado no município de Bananeiras, a cerca de 130 km da capital do estado, contava em 2019 com 801 alunos. O Centro oferta os cursos de graduação (Bacharelado) em Administração, Agroecologia, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Agrárias e Pedagogia (UFPB, 2019)

Discussão e análise dos resultados

A UFPB mantém várias ações de assistência estudantil, que de acordo com os dados divulgados em 2019, beneficiaram cerca de nove mil alunos, e desde 2012, o número de bolsas e auxílios concedidos crescem e, também, a quantidade de alunos beneficiados (UFPB, 2019). Dessa maneira, na sequência serão elencadas as ações acadêmicas de assistência estudantil identificadas nos *campi* de Areia e Bananeiras, como também à quantidade de alunos assistidos e qual a percepção dos discentes sobre essa assistência.



Nas duas seções seguintes são apresentados e analisados alguns dados coletados na pesquisa. O número de alunos ativos por curso, como também quais auxílios são destinados ao *Campus* II e III. Também foi elencado o número de bolsistas encontrados e o número de bolsas deferidas e contempladas, no período de 2015 até 2019. Nesses processos de seleção de auxílios foram encontrados diferentes tipos de fases nos processos de concessão de auxílios - bolsas canceladas, deferidas, deferidas e contempladas, em fase de deferimento, em fase de homologação, indeferidas, em análise, fila de espera e inscrições não homologadas.

Políticas de assistência estudantil - *Campus* II

Entretanto, destaca-se nas tabelas, apenas o número de bolsas deferidas e contempladas de maneira geral em cada *campus*, pois entende-se que de fato, foram utilizadas pelos discentes.

Tabela 1: Número de alunos por curso – *Campus* II - Areia

Curso	Quantidade de alunos ativos	%
Medicina Veterinária (Bacharelado)	406	31
Agronomia (Bacharelado)	371	28
Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura)	213	16
Zootecnia (Bacharelado)	167	13
Química (Bacharelado e Licenciatura)	158	12
Total	1.315	100%

Fonte: Fonte: SIGAA Acadêmico, 2019.

Observa-se, na Tabela 1, que o *Campus* de Areia tinha 1.315 alunos, destes, 31% são de curso de Bacharelado em Medicina Veterinária; 28% são do Bacharelado em Agronomia; 16% do Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas; 13% são do Bacharelado em Zootecnia e 12% são do Bacharelado e licenciatura em Química. E, para assistir a esses alunos, ou pelo menos boa parte deles, é destinado ao *campus* os seguintes auxílios estudantis: Moradia, Residência, Restaurante, Transporte, Creche, Desporto/artístico/e inclusão digital e, Aluno Apoiador.

Enquanto para o *campus* II são ofertados os auxílios descritos e apresentados em



números as bolsas deferidas no período (2016 a 2019) na Tabela 2, apresentada a seguir.

Tabela 2: Número de bolsas deferidas por ano – *Campus II* – Areia

Tipo de Auxílios	2016	2017	2018	2019
Moradia	6	-	72	77
Residência	-	79	141	74
Restaurante	-	28	102	45
Creche	-	-	2	-
Desporto, Artístico e Inclusão Digital	-	-	-	14
Aluno Apoiador	-	-	2	-
Total	6	107	319	210

Fonte: SIGAA Acadêmico, 2019.

Destaca-se, que de 2016 a 2019, no *Campus II* houve um número crescente de alunos contemplados com os auxílios. Obteve-se 6 em 2016, destinados a Auxílio Moradia, 107 em 2017, em que 79 foram de Auxílio Residência, e 28 de Auxílio Restaurante. Já em 2018 foram 319 auxílios concedidos, em que 72 foram de Auxílio Moradia, 141 de Auxílio Residência, 102 de Auxílio Restaurante, e 2 de Aluno Apoiador e 2 de Auxílio Creche. No ano de 2019 foram 210 auxílios concedidos, destes, 77 foram de Auxílio Moradia, 74 de Auxílio Residência, 45 de Auxílio Restaurante e 14 de Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital. Apesar de o Auxílio Transporte ser ofertado para o *campus*, não houve registro de contemplados entre 2016 a 2019. Ressaltando que estão contabilizados apenas o número de bolsas auxílios na situação de deferidos e contemplados. Observa-se que os auxílios apresentados de maneira mais numerosa no período pesquisado foram para residência com 294 concessões, seguido por restaurante com 175, e moradia com 155 concessões. Portanto, esses auxílios são parte necessária na vida acadêmica dos estudantes do *Campus II* e devido a quantidade significativa de auxílios concedidos aos estudantes, percebe-se o cumprimento efetivo das políticas de assistências, pois propiciam a manutenção durante o período de vida acadêmica dos discentes (LIMA; FERREIRA, 2016).

Políticas de assistência estudantil – *Campus III*



Passa-se a destacar os dados referentes ao *Campus III* da UFPB. Inicialmente, são apresentados os dados referentes ao panorama dos cursos de graduação existentes e o número de alunos matriculados.

Tabela 3: Número atual de alunos por curso – Campus III - Bananeiras

Curso	Quantidade de alunos ativos	%
Administração (Bacharelado)	208	26
Pedagogia (Licenciatura)	199	25
Ciências Agrárias (Licenciatura)	148	18
Agroecologia (Bacharelado)	125	16
Agroindústria (Bacharelado)	121	15
Total	801	100%

Fonte: Assessoria Acadêmica /UFPB/campus III, 2019.

Observa-se, na Tabela 3, que o *Campus III* apresentava a seguinte distribuição percentual de alunos de graduação ativos. A sua maioria, ou seja, 26% são do curso de Bacharelado em Administração; 25% são do curso de Licenciatura em Pedagogia; 18% são do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias; 16% são do Bacharelado em Agroecologia, e 15% são do Bacharelado em Agroindústria, totalizando 801 alunos ativos nos cursos de graduação do *Campus* de Bananeiras em 2019.

Assim, conforme já mencionado no início desta seção, a seguir na Tabela 4 tem o número de bolsistas encontrados e o número de bolsas deferidas e contempladas dos anos de 2016 a 2019.

Tabela 4: Número de bolsas deferidas por ano – Campus III - Bananeiras

Tipo de Auxílio	2016	2017	2018	2019
Moradia	-	-	149	68
Residência	-	36	70	22
Restaurante	-	10	151	33
Creche	-	-	5	-
PROMISAES	-	-	1	-
Aluno Apoiador	-	-	3	3
Total	0	46	379	126

Fonte: SIGAA Acadêmico, 2019.

Observando os cursos de graduação do *Campus III*, pontua-se na tabela 4 que no ano

de 2015 não houve registro de bolsas deferidas e contempladas. E no ano de 2017, no total foram 46 bolsas deferidas e contempladas, dessas 36 foram de Auxílio Residência, e 10 Auxílio Restaurante. Em 2018 foram 379 bolsas deferidas e contempladas, em que 149 são de Auxílio Moradia, 70 de Auxílio Residência, 5 de Auxílio Creche, 3 de Aluno Apoiador e 1 do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior. No ano 2019 foram 126, em que 68 são de auxílio moradia, 22 auxílios residência, 33 auxílios restaurante e 3 alunos apoiadores. E, apesar de haver na descrição o auxílio transporte para o *campus*, não houve bolsa relacionada a transporte entre os anos de 2016 a 2019. Ressalta-se então, que os auxílios de maior número são os de moradia, seguido do restaurante e residência. Assim, conforme destacado por Imperatori (2017), a fim de que o discente desenvolva suas competências acadêmicas é preciso políticas efetivas de assistência ao estudante associadas à qualidade do ensino. Nesse sentido Galindo (2018), no estudo dessa temática identificou que há uma redução da evasão dos estudantes beneficiários de programas de assistência estudantil. Eloi et al (2019), por sua vez, identificaram que na questão de permanecer no curso, as dimensões que exercem maior influência são a moradia, apoio pedagógico e alimentação.

Análise das políticas acadêmicas da assistência estudantil nos *Campi II e III*

Em análise das variáveis categóricas, dos dados demográficos, apontados pelos respondentes da pesquisa, de um total de 88 estudantes, tem-se que 52% (45 pesquisados) são do gênero feminino e 48% (43 pesquisados) são do gênero masculino. Em relação à faixa etária dos discentes, os dados apontaram que houve a predominância na faixa entre 21 e 25 anos com 63% da amostra, seguido pelas faixas entre 26 e 30 anos (19%), até 20 anos obteve 14%, entre 31 e 35 anos (3%) e mais de 30 anos apenas (1%).

Assim, esses auxílios são elementos necessários para que esses estudantes possam dar continuidade ao percurso acadêmico. E para garantir a permanência dos estudantes fez-se necessário a oferta de Auxílios moradia, alimentação, transporte, creche dentre outras ações que promovam a saúde física e mental dos discentes (SILVEIRA, 2012). Portanto, na UFPB nos *campi* (II e III), pode-se perceber que essas ações estão sendo realizadas por meio



dos Auxílios Moradia, Restaurante, Residência, Transporte, Creche, o Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital (DAID), o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) e o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). Nesse sentido, a efetivação das políticas de assistência que tem um cunho social, tendo em vista o público carente destinatário da política acadêmica. Pinheiro (2016), nessa direção, compreende a política de assistência estudantil como uma importante política educacional que assegura e mobiliza ações da educação, pois a assistência estudantil é direito social do cidadão, e não uma concessão do estado.

A UFPB destina os seguintes valores para cada aluno que atender aos critérios e os procedimentos dos editais que são lançados anualmente: Auxílio Moradia (570,00); Residência Universitária (260,00); Auxílio Transporte (faixa 1=90,00; faixa 2=175,00; faixa 3=360,00); auxílio DAID (400,00); PROMISAES (622,00); Auxílio Creche (200,00); Aluno Apoiador (não cadastrado no SIGAA); no Auxílio Restaurante, não há uma remuneração, mas, o aluno precisa passar por um cadastramento para ser contemplado (SIGAA/UFPB, 2019). No entanto, de nada adianta apenas “a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver a paralela garantia de que eles possam participar ativamente da vida universitária e concluir com sucesso tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação” (SILVEIRA, 2012, p.13). Barqueiro (2015) apontou o alcance da política de assistência estudantil para que os estudantes da classe trabalhadora pudessem acessar e concluir suas formações acadêmicas.

Então, além de incluir, assegurando assistência a esses discentes, considerados em situação de vulnerabilidade, é de relevância acompanhar a trajetória de desempenho acadêmico deles, portanto, a fiscalização e acompanhamento por meio do serviço social faz-se necessária. Afinal, como é destacado nos editais que o auxílio pode ser cancelado se o estudante não apresentar um Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) igual ou maior que cinco (5,0) ou reprovação em mais de 50% das disciplinas matriculadas; e é de total responsabilidade do aluno as informações prestadas para ter acesso e permanência na assistência estudantil da PRAPE/COAPE. Entretanto, esses serviços oferecidos devem ser acompanhados e avaliados periodicamente, a fim de que a instituição possa ter um *feedback*



das ações que promove, além de divulgar essas ações para que todos os alunos tenham acesso a tais informações (ASSIS et al., 2013).

Esses processos de seleção, devido à grande demanda acabam sendo de análise demorada para sair o resultado, podendo os estudantes serem acometidos por situações que comprometem seu rendimento acadêmico, visto que são alunos necessitados dessas bolsas para custear despesas básicas durante o curso. Também, destaca-se que a concessão de auxílio por meio de bolsas perpassa por um processo burocrático e uma série de procedimentos para que o estudante cumpra os requisitos para estar apto a recebê-las. Mas há algumas questões que precisam ser adequadas nesse processo de concessão de forma que cumpra de forma transparente o objetivo dessa ação governamental. A fiscalização, por exemplo, pode ser melhorada, pois há conhecimento de alunos que com as informações repassadas, conforme edital, conseguem o auxílio, principalmente, a moradia, mas acabam não firmando contrato de aluguel na cidade do *Campus* ao qual estudam, como é definido no edital, impossibilitando a destinação da vaga para um discente que realmente necessita desse auxílio para custear suas despesas.

E dentro dessas colocações, é notável que para formar profissionais capacitados a UFPB deva estar totalmente comprometida nos processos que integram ensino, pesquisa e extensão incluindo de maneira responsável seus discentes, e dando suporte para que este estudante permaneça no ensino superior e conclua com êxito o curso escolhido na universidade. Portanto, “a política de assistência ao discente de graduação, nas condições estabelecidas, também proporciona a manutenção de facilidades durante a vida acadêmica, complementando de tal modo as dez áreas estratégicas definidas pelo Pnaes” (LIMA; FERREIRA, 2016, p.2).

A democratização envolve diversos aspectos inerentes a manutenção do ensino público. O governo ao promover a entrada de ingressos nas universidades não está garantindo a democratização em todos os seus aspectos, está provendo apenas o ingresso. Há outras questões como a qualidade social da educação. É necessário prover meios que garantam não apenas sua entrada, mas permanência. Dessa maneira, essas políticas são fundamentais para garantir não só a permanência, mas promover uma formação plena e de



qualidade aos discentes (DUTRA; SANTOS, 2017). Santos e Marafon (2016, p. 420) defendem o “reconhecimento do Pnaes como Política de Estado para o aprimoramento e fortalecimento das ações de assistência no âmbito da política de educação, não apenas com medidas monetárias, mas com medidas universais que contribuam diretamente para a melhoria do desempenho acadêmico”.

Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de identificar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes da UFPB, a fim de compreender a sua efetividade nos cursos de graduação nos *campi* II e III. Verificou-se a importância das mesmas, pois além de os discentes serem público-alvo dessas políticas, precisam ser sujeitos ativos e participativos com vistas a darem um *feedback* e juntamente as pró-reitorias proporem novas alternativas em assistência estudantil (DUTRA; SANTOS, 2017).

A democratização da educação superior comporta desafios que poderão vir a ser superados, entre outras medidas, se o Estado prover de forma justa o acesso e a permanência no ensino superior. Algumas iniciativas são passíveis de ações mais rápidas e visíveis, como tem ocorrido no Brasil desde a última década por meio de série de políticas educacionais implementadas pelo governo federal, que propiciou a entrada de milhares de jovens de classes menos favorecidas na universidade. No segundo momento, após o ingresso do estudante no espaço acadêmico o desafio torna-se maior, a permanência deste até a conclusão do curso é cercada de barreiras, que começa com o seu nível de formação da educação básica a aspectos de mobilidade, alimentação etc.

Evidencia-se, nesta pesquisa que, o Pnaes, e as ações implementadas pela UFPB de assistência aos estudantes deram suporte importante aos discentes matriculados em cursos superiores nos *campi* II e III dessa instituição. Portanto, há efetiva execução da política pública de educação superior de assistência estudantil tendo em vista as ações encontradas em vigor na universidade pesquisada.

Dessa maneira, chega-se à conclusão de que a UFPB possui público diversificado, e uma parte dos discentes considerados em situação de vulnerabilidade econômica e social, e,



as políticas de assistência a esses estudantes tem sido um aspecto importante que influencia na permanência e no desempenho nos cursos de graduação dos *campi* II e III tendo em vista o alcance nas modalidades de auxílios encontrados e número de estudantes atendidos.

Além dessa constatação para fins de revisão dos números de alunos contemplados com bolsas auxílio por ano, destacam-se as seguintes perspectivas de pesquisas futuras: ampliar a pesquisa das políticas de assistência estudantil para os demais *campi* da UFPB. O *Campus* I, situado na capital do Estado, pois os estudantes podem ter outra percepção sobre a política de assistência estudantil, assim como no Centro de Ciências Aplicadas e Educação – *Campus* IV – Rio Tinto e Mamanguape, na microrregião Litoral Norte, *campus* situado entre os *campi* do interior e da capital; e realizar uma pesquisa de cunho qualitativo por meio de entrevistas com discentes atendidos pela política de assistência estudantil, buscando avaliar, de maneira mais profunda, a efetividade dos auxílios da UFPB, de forma que seja possível analisar o desenvolvimento desses bolsistas nos cursos de graduação.

Referências

ASSIS, A. C. L.; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A. MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gual**, Forianópolis, v.6, n. 4 p. 125-146. Edição especial, 2013.

BAQUEIRO, Diciola Figueirêdo de Andrade. Equidade e Eficácia na Educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente. Dissertação (Mestrado)-UFBA, 2015.

BONISENHA, C. N.; D'ANGELO, M. J. O papel da cultura organizacional no desempenho operacional de uma instituição de ensino superior à luz dos indicadores de qualidade SINAES. **Revista BASE**. Vol.15 nº 4. Out./dez. 2018. P.307-327.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompila. Acesso em 10 de julho de 2020.

BRASIL, **Decreto nº 7.234**, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 20/7/2010, página 5. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-)



2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 20 de julho de 2020.

CARVALHO, R.; JEZINE, E. Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB. In: **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais**. PesquisaPibic/ CNPq vigência 2013/2014. 2014.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**: aplicações em Administração. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação (Campinas) [online]**. vol.18, n.1, pp. 107-126. 2013

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Revista: Ensaio aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro: jan/mar. v. 25, n. 94, p. 148-181. 2017.

ELOI, Sueli de Souza Santos; SILVA, Fernanda Cristina; SILVEIRA, Suely de Fátima de Ramos; BAÊTA, Odemir Vieira. O programa nacional de assistência estudantil – PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p.106-129, setembro/dezembro 2019.

GALINDO, Aline Kátia Ferreira. Política pública; Ensino superior; Estudantes universitários – Programas de assistência; Evasão universitária; Programa Nacional de Assistência Estudantil. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

GARRIDO, Edleusa Nery. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. In: Seminário Universidade Sociedade, 2012, Cachoeira (BA). **Anais eletrônicos ...** Cachoeira (BA): Instituto Kirimurê, 2012. Disponível em: < <http://www.institutokirimure.pro.br/seminario-universidade-sociedade-anais/>> Acesso em: 10 jul. 2019.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INEP- SINAES. **Educação Superior**. Disponível em <http://inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 04 de nov. de 2019. 2018.



LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: avaliação**, Rio de Janeiro, v.8, n. 22, p. 116-148. Jan/abr. 2016.

MANCEBO, Deise. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminhos da pesquisa. JEZINE, Edineide. BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n 126/2012. 2012. Acesso em 10 de junho de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192.

PRAPE – PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape>. Acesso em 11 de julho de 2019.

PINHEIRO, Ellana Barros. O caráter das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v. 1, n. 2, 11, jul./dez., 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Histórico**. 2019. Acesso em: 10 de jan. 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/historico>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório de Gestão 2019 – UFPB**. 2019. Acesso em 21 de jan. de 2020. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/2FXp8gyZ5zb7gRs#pdfviewer>

SILVA, Jorge Paiva da. OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.93, n. 233, p. 215-230. Jan./abr. 2012.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social. Pelotas, 2012.

Submetido em: 15/09/2021

Aceito em: 10/10/2022

